

A SEÇÃO DEBATES EM REVISTA: PRÁTICAS FEMINISTAS DE TRADUÇÃO

SIMONE PEREIRA SCHMIDT
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo: *O artigo desenvolve uma reflexão sobre a seção Debates, recentemente criada na Revista Estudos Feministas. Ao discutir as propostas teóricas subjacentes a tal iniciativa, pretende-se enfatizar a contribuição das práticas de tradução cultural para o feminismo contemporâneo, em suas estratégias de leitura, interpretação e difusão de saberes, bem como em sua agenda política atual.*

Palavras-chave: *seção Debates; Revista Estudos Feministas; tradução cultural; feminismo contemporâneo.*

A seção Debates da *Revista Estudos Feministas* foi planejada a partir de 2004, quando novos critérios adotados pelas instituições de fomento passaram a exigir uma periodicidade mais intensa das revistas científicas. A partir de uma demanda externa, pusemo-nos a pensar quais seriam as formas de debate feminista que a Revista poderia incrementar, dada a necessidade de intensificação de seu ritmo de publicação. Foi Susana Funck, que então integrava a editoria de artigos da Revista, quem formulou a proposta da seção Debates. As pessoas que acompanham de perto a história da *REF* e são suas leitoras certamente conhecem essa seção, mas ainda assim creio que cabem algumas breves palavras de apresentação de sua proposta.

A seção Debates pretende colocar no centro da discussão um texto clássico, referencial do feminismo ou dos estudos de gênero, ou ainda um texto que aborde um tema candente, de grande atualidade, ou clássico e sempre atual, em diálogo imediato com intelectuais feministas do Brasil e/ou de países latino-americanos. Ou seja, com essa seção, a Revista segue aprofundando um papel que desde sua criação se dedicou a cumprir, qual seja, o de fazer circular, o de promover a recepção das teorias feministas e dos estudos de gênero.

O que me parece uma estratégia interessante, e peculiar, neste caso, é a promoção deste debate que busca situar e localizar as questões propostas pelo texto que centraliza o debate. Geralmente estrangeiro, esse texto deve necessariamente ser “traduzido” pelo debate brasileiro e/ou latino-americano. Quando me refiro à tradução, não estou falando

Copyright © 2008 by Revista Estudos Feministas.

daquele óbvio procedimento de tradução lingüística, necessário para a compreensão do texto estrangeiro. Estou, sim, referindo-me a uma reordenação dos temas locais/globais na perspectiva da tradução cultural.

Assim, quero me dedicar a enfatizar duas práticas feministas que, em minha opinião, se destacam como tarefas que vêm sendo cumpridas pela seção Debates. A primeira delas é, exatamente, a tradução, de que pretendo falar um pouco mais logo em seguida. E a segunda tarefa é a coalizão, conceito que nos remete ao próprio tema desta mesa, que se dedica a discutir as ligações entre a *REF* e os movimentos sociais.

Sobre a tradução como prática feminista, penso que, não por acaso, o nome que imediatamente nos ocorreu para coordenar esta seção foi o de Cláudia de Lima Costa, já que ela vem se dedicando há bastante tempo às investigações em torno das viagens das teorias e das práticas de tradução cultural como estratégias de repensar os mapas das rotas dos conhecimentos produzidos no Norte e no Sul. O tema das “teorias que viajam”, e elas efetivamente viajam, em várias direções tem sido, aliás, uma preocupação central em pensadores contemporâneos da maior importância como Edward Said, James Clifford, Homi Bhabha e Gaiatry Spivak. Pensando em termos do aproveitamento dessas idéias para as teorias feministas, Costa afirma que

Muitas feministas, ao tentar encontrar maneiras produtivas de estabelecer diálogos na articulação de alianças transnacionais, através de diferentes comunidades feministas dispersas em um mundo de crescentes movimentos e contatos transculturais, recorreram à prática da tradução como lugar privilegiado para a negociação de diferenças.¹

A prática de tradução, se bem realizada, permite que repensemos dois problemas com que nos deparamos freqüentemente em nosso trabalho acadêmico/político: de um lado, o provincianismo, e de outro, o colonialismo. O provincianismo nos leva a pensar que nosso trabalho é o melhor que pode haver, que vivemos no melhor dos mundos, enfim, acabamos por estagnar num discurso autocongratatório e numa prática de manutenção de espaço, poder, estrutura, financiamentos. Creio que a abertura promovida por este debate com o estrangeiro, com o estranho, se bem realizada, abre-nos o pensamento e combate nosso provincianismo narcisista.

O colonialismo, por outro lado, leva-nos a só enxergar o que está sendo feito lá fora, sempre tomado como referência. Assim, segundo este tipo de visão, os grandes centros são os produtores do verdadeiro pensamento feminista, e nossa tradução desse pensamento será necessariamente uma mera reprodução daquilo que Walter Mignolo² chama a colonialidade do saber, ou seja, a repetição da crença de que somos, na periferia, corpos a estudar, enquanto os cérebros que nos estudam estariam acima, muito acima e além, produzindo saberes a partir de seus gabinetes nas universidades dos grandes centros hegemônicos. Em outras palavras, a atitude colonizada, tão freqüente em nossa academia, incessantemente reproduz, se não faz uma autocrítica, aquela “produção da mulher do terceiro mundo”, que Chandra Mohanty já em seu clássico estudo, “Under Western Eyes”, de 2003, denunciou. Ou seja: enquanto a categoria da “mulher oprimida” é criada por meio de um foco exclusivo na diferença de gênero, a categoria da “mulher oprimida do terceiro mundo” ganha, através de um discurso colonial e paternalista, um atributo adicional: a “diferença do terceiro mundo”.

A prática tradutória proposta pela seção Debates busca, através do estabelecimento de uma via dialógica não provinciana e anticolonial, trazer os temas para o debate

¹ COSTA, 2004, p. 191.

² MIGNOLO, 2003.

localizado. Ou seja, sua proposição é romper o sentido único de um pensamento que vem do Norte e interpreta o Sul (sendo que aqui Sul e Norte possuem sentidos políticos e simbólicos, mais até do que geográficos) e propor a reinterpretação, numa perspectiva situada e contra-hegemônica (mas sem xenofobia), dos temas propostos pelos textos clássicos ou referenciais tomados estrategicamente como centro do debate. O que a prática tradutória afirma, portanto, é a viabilidade de um feminismo globalizado e ao mesmo tempo situado, teoricamente bem instrumentalizado, mas contra-hegemônico, ou anticolonial.

Ao refletir sobre sua condição de imigrante nos Estados Unidos, entrelaçando sua experiência com as experiências de outras imigrantes, pertencentes a outras etnias e herdeiras de outras histórias, a iraquiana Ella Shohat³ observa que o relato das memórias das imigrantes nos EUA tem sido sempre contraposto a uma norma dominante branca e ocidental. Em lugar desta prática de “contrafalar” ou “contraescrever”, em que se revezam as não-ocidentais em oposição à norma ocidental dominante, Shohat propõe uma estratégia de horizontalidade, de não-verticalidade ou, como esclareceu em entrevista concedida à *REF* em 2001, trata-se de ressignificar a idéia de relacionalidade, ou seja: mais do que focar comunidades em resistência contra um centro dominante (o que é ainda uma forma de privilegiar o centro, pelo menos como antagonista), o que se procura é “estender laços horizontais e verticais, entrelaçando comunidades e histórias em uma rede conflituosa”.⁴ Esse princípio da horizontalidade, da não-centralidade, é a melhor colaboração que a prática feminista da tradução tem a dar à *REF*. É assim que vejo colocadas lado a lado, em discussão, a escritora e militante chicana Glória Anzaldúa e as investigadoras brasileiras Sandra Azeredo e Sonia Torres,⁵ ou as teóricas acadêmicas Rita Schmidt e Ana Gabriela Macedo, interagindo com a ministra para a promoção da igualdade racial, Matilde Ribeiro, na discussão do pós-feminismo proposta pela pesquisadora feminista norte-americana Mary Hawkesworth.⁶

A segunda prática feminista a que desejo me reportar, ainda que brevemente, por considerá-la também uma tarefa que vem sendo desempenhada pela seção Debates é a de coalizão. E creio que a coalizão pode ser pensada tanto de dentro como de fora do feminismo. Vou explicar melhor. Em primeiro lugar, para esclarecer do que falo, penso na necessidade que o feminismo enfrenta, desde sua origem, e de maneira ainda mais acentuada nas décadas mais recentes, de estabelecer políticas de coalizão tanto interna quanto externamente como condição para a sua sobrevivência. Em seu conhecido artigo intitulado “Interpretando o gênero”, publicado na *REF* em 2000, Linda Nicholson sugere que pensemos sobre essa necessidade do feminismo de construir coalizões internas em torno do conceito “mulher”. Diz ela:

[...] permitam-me sugerir um modo de entender a política feminista ligeiramente diferente do costumeiro. Normalmente, quando pensamos em “política de coalizão”, pensamos em grupos com interesses claramente definidos se unindo em caráter temporário em torno de benefícios mútuos. A partir dessa noção, política de coalizão é algo do qual as feministas tomam parte junto com “outros”. Mas podemos pensar em política de coalizão como algo não meramente externo à política feminista, mas também interno. Essa abordagem significaria pensarmos em política feminista como a união daquelas que

³ SHOHAT, 2002.

⁴ SHOHAT, 2001, p. 158.

⁵ AZEREDO, 2005; e TORRES, 2005. Na seção Debates Mestiçagem, organizada por Cláudia de Lima Costa e Eliana Ávila. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 691-755, 2005.

⁶ HAWKESWORTH, 2006. Na seção Debates Traduções do pós-feminismo, organizada por Cláudia de Lima Costa e Eliana Ávila. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 731-817, 2006.

querem trabalhar em torno das necessidades das “mulheres”, não sendo tal conceito necessariamente entendido num sentido específico ou consensual.⁷

A coalizão interna no feminismo parece se concretizar vivamente nas páginas da seção Debates, quando, por exemplo, traduz-se a consciência mestiça da chicana Glória Anzaldúa⁸ para a discussão das políticas afirmativas no Brasil. Sandra Azeredo⁹ atualiza, localiza e ressignifica o debate em torno da mestiçagem, numa defesa bem fundamentada da implantação do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras. Sonia Torres¹⁰ toma os mesmos princípios, ou seja, as propostas teórico-políticas de Anzaldúa, para retomar o tema da identidade na América Latina.

Outro exemplo de uma prática tradutória e de coalizão feminista encontramos na seção Debates de 2006. Nessa seção, o tema central é o conceito de pós-feminismo, discutido pela norte-americana Mary Hawkesworth,¹¹ que identifica nos sentidos atribuídos ao conceito o enterro prematuro do feminismo, como estratégia de combate ao potencial de denúncia e transformação da práxis feminista, em um contexto de capitalismo global e sistemas políticos que perpetuam a desigualdade em todos os níveis da existência humana. A partir de seu texto, Rita Schmidt¹² vai fazer uma leitura crítica aguda do antifeminismo na cultura letrada no Brasil, em que se podem incluir as mídias e a chamada alta cultura brasileiras. Ao analisar a íntima relação existente entre os discursos antifeministas e uma tradição patriarcal, racista e conservadora de fundas raízes na cultura nacional, Rita denuncia o compromisso que vincula a elite letrada do nosso país aos interesses do poder econômico e político, responsável por uma longa história “de violências e autoritarismos, repressões e exclusões jamais seriamente questionadas ou perturbadas por grande parte da sociedade”.¹³ O que talvez nos ajude a superar a perplexidade que nós, investigadoras da área de Letras, sentimos diante da resistência de nossos pares à crítica feminista, resistência esta tornada muito concreta na indiferença dos representantes das Letras junto aos órgãos de fomento e suas políticas de avaliação e financiamento de periódicos, com relação, por exemplo, à nossa perseverante atuação na *Revista Estudos Feministas*.

Ainda nesta mesma seção, Matilde Ribeiro¹⁴ faz uma outra aproximação ao tema do pós-feminismo, trazendo-o para a discussão das intersecções entre o feminismo, o movimento negro e as lutas pela igualdade e contra o preconceito no Brasil.

Assim, a proposta da seção Debates de efetuar uma coalizão feminista interna me parece que se exemplifica através desta rede, deste intenso cruzamento de lugares, posições subjetivas e políticas, papéis e negociação de sentidos renovados para os conceitos, como o de mestiçagem ou o de pós-feminismo.

Por fim, creio que uma última contribuição da seção Debates diz respeito às coalizões externas que o feminismo tem buscado e deve seguir buscando. Ao enfocar este tema, que diz respeito à relação da Revista com os movimentos sociais, quero concluir este texto. Referi-me anteriormente aos riscos do provincianismo e da autocongratulação acrítica; pois bem: a necessidade da coalizão externa, a meu ver, combate um outro risco, bastante próximo a esses que já citei, e que é o do fechamento excessivo do nosso olhar sobre nossas

⁷ NICHOLSON, 2000, p. 37.

⁸ ANZALDÚA, 2005.

⁹ AZEREDO, 2005.

¹⁰ TORRES, 2005.

¹¹ HAWKESWORTH, 2006.

¹² SCHMIDT, 2006, p. 765-799.

¹³ SCHMIDT, 2006, p. 790.

¹⁴ RIBEIRO, 2006, p. 801-811.

próprias idéias e iniciativas. Em artigo publicado em 2004, eu já comentei o perigo da guetificação das feministas, citando uma frase de Nina Auerbach, do início dos anos 80:

Há um sentido no qual a nossa irmandade se tornou poderosa demais; como uma escola, nossa confiança em nós mesmas é tão potente que dispensamos a comunicação com as redes de poder e respeitabilidade que dizemos querer mudar.¹⁵

As coalizões com outras formulações, outras propostas emancipatórias, oriundas de lugares teóricos e políticos diversos, podem atuar junto ao feminismo como grandes contribuições para ampliar seu campo de atuação e suas perspectivas, além de lhe trazer um vigor novo. Penso, por exemplo, na contribuição trazida recentemente pelos estudos pós-coloniais ao campo do feminismo e dos estudos de gênero. Acredito enfim que, se soubermos somar aquilo que temos como patrimônio da melhor tradição feminista (a radicalidade afirmativa da categoria “mulher”, por exemplo) com aquilo que está fora de nosso âmbito de atuação específica, ou seja, o mundo das diferenças e possibilidades, no espaço aberto e pleno de significados potenciais das zonas de contato que as múltiplas intersecções do gênero nos oferecem, poderemos enriquecer ainda mais a nossa experiência e a nossa prática. Mas, enfim, isso já é o começo de um outro texto.

Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. “La consciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.
- AZEREDO, Sandra. “Mestiçagem, igualdade e afirmação da diferença – pensando a política de cotas na universidade”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 738-755, 2005.
- COSTA, Cláudia de Lima. “Feminismo, tradução, nacionalismo”. In: COSTA, Cláudia de Lima; SCHMIDT, Simone Pereira (Orgs.). *Poéticas e políticas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2004. p. 187-196.
- _____; ÁVILA, Eliana. “Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o ‘feminismo da diferença’”. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 691-703, 2005.
- _____; ÁVILA, Eliana. “Apresentação: traduções do pós-feminismo”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 731-735, 2006.
- HAWKESWORTH, Mary. “A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 737-763, 2006.
- MACEDO, Ana Gabriela. “Pós-feminismo”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 813-817, 2006.
- MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MOHANTY, Chandra Talpade. “Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses”. In: LEWIS, Reina and MILLS, Sara (Eds.). *Feminist Postcolonial Theory*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2003.
- NICHOLSON, Linda. “Interpretando o gênero”. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.
- RIBEIRO, Matilde. “O feminismo em novas rotas e visões”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 801-811, 2006.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira”. *Revista Estudos Feministas*, v. 14, n. 3, p. 765-799, 2006.

¹⁵ AUERBACH apud Elaine SHOWALTER, 1994, p. 25

- SHOHAT, Ella. "Feminismo fora do centro". *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 147-163, 2001. Entrevista concedida a Sônia Maluf e Cláudia de Lima Costa.
- _____. "A vinda para a América: reflexões sobre perda de cabelos e de memória". *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 99-117, 2002.
- SHOWALTER, Elaine. "A crítica feminista no território selvagem". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 23-57.
- TORRES, Sonia. "La consciencia de la mestiza/Towards a New Consciousness – uma conversação inter-americana com Gloria Anzaldúa". *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 720-737, 2005.

[Recebido em janeiro de 2008
e aceito para publicação em março de 2008]

Section DEBATES in Review: Feminist Translation Practices

Abstract: *The article develops a discussion about the Section Debates, recently introduced in Revista Estudos Feministas. While discussing the theoretical propositions where the Section is embedded, the text focuses on the contribution of the cultural translation practices to contemporary feminism in its reading, interpretation and knowledge diffusion strategies, as well as in its current political agenda.*

Key Words: *Debates' Section; Revista Estudos Feministas; Cultural Translation; Contemporary Feminism.*